

---

## **EDITAL PPGEM 10/2018**

### **Bolsas de Mestrado**

A Comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais (PPGEM) receberá inscrições para bolsas de mestrado, **de 11/10/2018 até 09/11/2018**. Os candidatos à bolsa de mestrado devem atender aos requisitos especificados neste edital e serem indicados por seus orientadores para receber bolsas da quota do Programa (CAPES-DS e CNPq).

#### **1. OBJETIVO DO EDITAL**

Elaborar uma lista classificatória de candidatos, dentre os alunos regularmente matriculados no curso de mestrado do PPGEM, para alocação de bolsas. A lista, contendo a classificação dos candidatos, será utilizada para a alocação exclusiva de bolsas de mestrado da quota do programa disponíveis no período de **01/03/2019 até 31/08/2019**. Tal lista será divulgada no sítio do PPGEM (<http://www.ppgem.ct.utfpr.edu.br>).

#### **2. REQUISITOS DO CANDIDATO**

O candidato ao processo de seleção de bolsas de mestrado do PPGEM deve satisfazer os seguintes requisitos:

**2.1** Ser aluno regularmente matriculado no curso de mestrado do PPGEM, ou estar selecionado no processo de seleção referente ao edital **PPGEM 08-2018 – Seleção de Mestrado**

**2.2** Estar matriculado como aluno regular no PPGEM a menos de 24 meses;

I – a bolsa será concedida até o limite de 24 meses de permanência no Programa como aluno regular.

**2.3** Não ter recebido bolsa de mestrado em outro programa. Caso o tempo de bolsa em outro programa seja inferior a 24 meses o discente só terá direito a diferença de meses para 24.

**2.4** Ser indicado pelo orientador;

**2.5** Dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa do curso;

**2.6** Entregar a documentação abaixo na secretaria do PPGEM, exclusivamente no seu horário de funcionamento (9:00h-11:30h e 14h-17h), durante o período de inscrição (**11/10/2018 até 09/11/2018**):

- a. Ficha de inscrição – Anexo I deste edital;
- b. Planilha de pontuação preenchida – Anexo II deste edital;
- c. Caso o candidato já tenha cursado disciplinas ofertadas ou validadas pelo PPGEM é obrigatória a entrega de uma cópia do histórico escolar, emitido pelo Departamento de Registros Acadêmicos – DERAC-UTFPR-CT\*;
- d. Comprovação de todas as atividades pontuadas no Anexo II.

**2.7** Para comprovar a publicação de artigo em periódico e em anais de congresso deverá ser apresentada cópia da primeira página do artigo. As demais atividades deverão ser comprovadas por histórico, certificado, declarações, conforme for o caso;

**2.8** Caso o candidato utilize, exclusivamente, a documentação previamente entregue no seu processo de seleção de ingresso no PPGEM sem a adição de quaisquer documentos comprobatórios de pontuação (planilha – Anexo II), o mesmo deverá marcar esta opção na ficha de inscrição – Anexo I;

**2.9** Caso o candidato utilize a documentação previamente entregue no seu processo de seleção de ingresso no PPGEM e adicione documentos adicionais, deverá

---

\* Em caso excepcional de não funcionamento deste setor, será aceita uma declaração emitida pela secretaria do PPGEM na qual conste todas as disciplinas cursadas e validadas pelo PPGEM com os respectivos conceitos obtidos.

apresentar nova planilha de pontuação (Anexo II) e marcar esta opção na ficha de inscrição – Anexo I, listando os documentos adicionais incluídos;

**2.10** Somente serão pontuados os itens listados na planilha – Anexo II, que estejam devidamente comprovados conforme item 2.6 deste edital;

**2.11** Informações não comprovadas conforme item 2.5 deste edital serão desconsideradas.

### **3. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DE BOLSA, DURAÇÃO DAS BOLSAS, REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO, CANCELAMENTO DE BOLSA**

No momento da concessão de bolsa, o aluno deverá estar **REGULARMENTE** matriculado no curso de mestrado do PPGEM. Os candidatos às bolsas, ao se inscreverem neste processo de seleção, declaram estar cientes e concordarem com o exposto nos regulamentos das agências de fomento (Anexo III e Anexo IV) e deverão apresentar a documentação exigida para cada caso discriminado imediatamente abaixo (itens 3.1 e 3.2).

**3.1** Bolsas CAPES – Demanda Social. Informações constantes no Regulamento do Programa de Demanda Social - Anexo da Portaria No 76, de 14 de abril de 2010;

**3.2** Bolsas CNPq. Informações constantes no RN-017/2006 CNPq - Bolsas por Quota no País.

### **4. PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO**

A comissão de Bolsas do PPGEM designada pela Portaria nº 159, de 13 de abril de 2018 do Diretor Geral do Campus Curitiba da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, composta por três membros do colegiado e um discente do PPGEM, procederá a seleção dos candidatos que atendam os requisitos enumerados na seção 2 deste edital. Para efeito de pontuação serão considerados aspectos relacionados ao desempenho acadêmico e curriculum do candidato, conforme planilha (Anexo II), e aspectos relacionados a distribuição de bolsas entre as áreas de concentração do PPGEM.

#### **4.1 Critérios de pontuação para o candidato discente:**

**4.1.1** Coeficiente de rendimento do candidato no curso de graduação (peso 0,4/1,0);

**4.1.2** CCR - Créditos e coeficiente de rendimento do candidato em disciplinas cursadas em programa de pós-graduação stricto sensu (peso 0,15/1,0).

Neste item, somente terá pontuação o candidato com coeficiente de rendimento acima de 8,0 e o número de créditos entre 1 e 15. A pontuação será ponderada pelo número de créditos cursados, tendo pontuação máxima um histórico com 15 créditos (ou mais) e coeficiente de rendimento 10.

A pontuação, de 0 a 10 neste item, será concedida conforme a equação abaixo:

$$CCR = ((x-8)/142)*10$$

onde

$$x = CR * \text{número de créditos cursados}$$

sendo CR o coeficiente de rendimento.

Como exemplo, um aluno que cursou 10 créditos e possui coeficiente de rendimento 8,4 terá  $x = 84$  e  $CCR = 5,35$ .

Obs.: Para alunos que cursaram mais de 15 créditos, na equação será considerado o valor de 15.

**4.1.3** Currículo do candidato, segundo os seguintes aspectos (peso 0,35/1,0):

- Tempo de participação em projetos de iniciação científica;
- Tempo de monitoria de disciplina durante a graduação;
- Experiência internacional como estudante em universidades ou instituições científicas internacionais;
- Publicações de artigos em congressos e periódicos;
- Depósitos de patente e patentes concedidas;
- Conclusão de curso de especialização em área correlata à linha de pesquisa pretendida;

**4.1.4** Duas cartas de recomendação (peso 0,05/1,0) (serão utilizadas as mesmas cartas do processo de Seleção);

**4.1.5** Projeto de pesquisa (peso 0,05/1,0) (será utilizado o mesmo projeto de pesquisa e respectiva nota do processo de Seleção);

**4.1.6** O candidato que já tenha finalizado um ou mais quadrimestres como aluno do PPGEM e possuir coeficiente de rendimento inferior a 8,0 estará automaticamente desclassificado do processo de seleção deste edital;

**4.1.7** Como critério de desempate, a comissão utilizará a distribuição de bolsas entre diferentes áreas e professores, assim como o fato do candidato já ter usufruído de bolsa de agências de fomento (CAPES ou CNPq).

## **4.2 Critérios de distribuição de bolsas do PPGEM.**

As bolsas serão distribuídas de acordo com o seguinte procedimento sequencial:

- i)** Cálculo da pontuação de cada candidato;
- ii)** Classificação, em ordem decrescente de pontuação, dos candidatos dentro de cada uma das áreas de concentração;
- iii)** Compõem-se os conjuntos  $C_i$ 's, em que cada conjunto é definido da forma seguinte  $C_i = \{\text{conjunto formado pelos candidatos classificados na } i\text{-ésima posição de cada uma das áreas de concentração}\}$ , sendo o índice "i" um número natural não nulo;
- iv)** Para cada um dos conjuntos  $C_i$ 's, classificar em ordem decrescente de pontuação, os candidatos pertencentes ao conjunto;
- v)** As bolsas disponíveis serão distribuídas, primeiramente, dentre os candidatos pertencentes ao conjunto  $C_1$ , de acordo com a ordem de classificação dentro deste conjunto. Este procedimento pode se repetir, de modo ordenado (ordem crescente do índice "i"), para os demais conjuntos  $C_i$ 's ( $i=2,3,4, \dots$ ) até serem alocadas todas as bolsas disponíveis referentes a este edital.

## **5. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

A divulgação do resultado preliminar\* de classificação para concessão de bolsas de mestrado de alunos regulares do PPGE M será disponibilizada na página do PPGE M (<http://www.ppgem.ct.utfpr.edu.br>) até o dia **14 de dezembro de 2018**.

\*Pedidos de recursos quanto ao resultado da classificação, caso haja interesse do candidato, deverão ser entregues impreterivelmente no horário de funcionamento da secretaria do PPGE M (**9:00h-11:30h e 14h-17h**) durante o período de dois dias úteis após a divulgação do resultado de classificação. Os pedidos de recursos deverão ser feitos pelo candidato mediante uma carta direcionada à comissão de Bolsas do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais (PPGE M), na qual conste de forma clara o seu questionamento e a coerente fundamentação argumentativa que o sustentaria, podendo, se for o caso, ser acrescida de documentos comprobatórios relacionados ao cerne da contestação em questão. Esta carta deve conter ainda o nome completo do candidato, o número do seu RG e sua assinatura. Os pedidos de recurso realizados sob condições diferentes das descritas neste parágrafo serão desconsiderados. Os resultados dos pedidos de recurso serão publicados na página do PPGE M (<http://www.ppgem.ct.utfpr.edu.br>) em até quatro dias úteis após a divulgação do resultado de classificação.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo Colegiado do PPGE M da UTFPR.

## **7. PUBLICAÇÃO**

Este edital será publicado na página do PPGE M <http://www.ppgem.ct.utfpr.edu.br>

Obs.: Ao se inscrever o candidato declara ter ciência e aceitar o constante neste Edital.

Curitiba, 11 de outubro de 2018

Coordenação do PPGE M

**ANEXO I**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA BOLSA**

Prezado Prof. José Aguiomar Foggiatto, presidente da comissão de bolsas do PPGEM,  
Eu, \_\_\_\_\_, venho por meio deste encaminhar minha candidatura à uma bolsa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e de Materiais da UTFPR.

Declaro que todas as informações abaixo são verdadeiras e que estou ciente que os itens não comprovados documentalmente\*\* não serão considerados na pontuação classificatória. Além disso, declaro conforme assinalo abaixo que:

- Tenho disponibilidade em tempo integral para o desenvolvimento das atividades de mestrado;
- Não usufrui de bolsa de mestrado fornecida por agências de fomento (CAPES/CNPq).

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome do candidato à bolsa

Ciência do orientador sobre a candidatura a uma bolsa de mestrado:

\_\_\_\_\_  
Nome do Orientador

- Solicito proceder a análise da pontuação da planilha – Anexo II, exclusivamente, com base nos documentos fornecido para o processo de seleção.
- Além dos documentos fornecidos no processo de seleção, solicito adicionar os seguintes documentos comprobatórios: (lista de documentos adicionais)

\_\_\_\_\_  
\*\*Cópia do documento original, declaração, etc. No caso de artigos, estes poderão ser comprovados pela cópia da primeira página.

## ANEXO II - Planilha de Pontuação

PLANILHA PARA SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO MESTRADO PPGEM-UTFPR						
Entrada:	__ Semestre de 201__			Área de Concentração		
Informações do candidato		NOME:				
		Empresa/ Instituição/ Organização				
<b>A</b>	Histórico Escolar da Graduação			Valor de 0 a 100	Carga horária do curso (Máximo de 4000 h)	Valor Total
	N°	ITEM	PESO			
	1	Coeficiente de rendimento constante do histórico escolar	0,4			
<b>Sub-total de A (PESO 0,40)</b>						
<b>B</b>	Curriculum Vitae				Número de meses	Valor Total
	N°	Item	Ponderação	Número de meses		
	2	Iniciação Científica	<i>1 Pontos por mês (máximo de 24 pontos)</i>			
					Número de ocorrências	
	3	Resumos Publicados em congressos	Resumo em evento local	<i>1 Pontos por ocorrência</i>		
			Resumo em Evento Nacional	<i>2 Pontos por ocorrência</i>		
			Resumo em Evento Internacional	<i>3 Pontos por ocorrência</i>		
	4	Trabalho completo publicado em congressos	Congresso Local	<i>2 Pontos por ocorrência</i>		
			Congresso Nacional	<i>5 Pontos por ocorrência</i>		
			Congresso Internacional	<i>10 Pontos por ocorrência</i>		
	5	Publicações e revistas científicas qualificadas (Qualis da CAPES)	A1	<i>60 Pontos por ocorrência</i>		
			A2	<i>50 Pontos por ocorrência</i>		
			B1	<i>42 Pontos por ocorrência</i>		
			B2	<i>30 Pontos por ocorrência</i>		
			B3	<i>18 Pontos por ocorrência</i>		
			B4	<i>12 Pontos por ocorrência</i>		
		SEM QUALIS	<i>5 Pontos por ocorrência</i>			
6	Pedidos de patentes protocolados junto ao INPI		<i>10 Pontos por ocorrência</i>			
7	Patentes concedidas pelo INPI		<i>60 Pontos por ocorrência</i>			
				Número de semestres		
8	Monitoria de disciplina		<i>5 POR semestre (máximo dois semestres)</i>			
				Número de meses		
9	Experiência internacional como estudante	Intercâmbio em Universidade do exterior (máximo 12 meses)	<i>0,5 Ponto por mês (máximo de 6 pontos)</i>			
		Dupla diplomação	<i>15 pontos</i>			
				Ocorrência		
10	Curso de Especialização em Área Correlata à Linha de Pesquisa Pretendida (carga horário superior a 300 h)		<i>10 pontos</i>			
<b>Sub-total de B (PESO 0,35)</b>						
<b>C</b>	Histórico Disciplinas Pós-graduação Strictu-Sensu			Valor de 0 a 10	No. créditos cursados	Valor Total
	N°	ITEM				
	11	Coeficiente de rendimento constante do histórico escolar				
<b>Sub-total de C (PESO 0,15)</b>						
Média preliminar obtida pelo candidato						

NOTA: Máximo de 10 pontos ainda poderão ser alocados pela comissão de seleção a partir das informações contidas em: carta de recomendação (PESO=0,05) E PROPOSTA DE PESQUISA (PESO= 0,05).

O candidato deverá preencher apenas as células brancas e anexar documentos comprobatórios.



## ANEXO III

**Portaria Nº 76, de 14 de abril de 2010.**

### **O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE**

**PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos II, III e IX, do Decreto nº 6.316, de 20 de dezembro de 2007, e considerando a necessidade de evoluir na sistemática do Programa de Demanda Social, **resolve**:

Art. 1º. Aprovar o novo Regulamento do Programa de Demanda Social constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga a Portaria nº 052, de 26 de setembro de 2002 e disposições em contrário.

Jorge Almeida Guimarães

**(Anexo à Portaria CAPES nº 76, de 14 de abril de 2010)**

### **REGULAMENTO DO PROGRAMA DE DEMANDA SOCIAL – DS**

#### **OBJETIVOS DO PROGRAMA E CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS**

Art. 1º. O Programa de Demanda Social - DS - tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível necessários ao País, proporcionando aos programas de pós-graduação *stricto sensu* condições adequadas ao desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo Único. O instrumento básico do DS é a concessão de bolsas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, definida com base nos resultados do sistema de acompanhamento e avaliação coordenado pela CAPES, para que mantenham, em tempo integral, alunos de excelente desempenho acadêmico.

#### **REQUISITOS PARA INGRESSO DA INSTITUIÇÃO NO PROGRAMA**

Art. 2º. A instituição que pretender participar no DS deverá:

I - possuir personalidade jurídica de direito público e ensino gratuito;

II - manter programa(s) de pós-graduação *stricto sensu*, avaliado(s) pela CAPES, com nota igual ou superior a 3 (três);

III - outorgar poderes à Pró-Reitoria, ou órgão equivalente da administração superior, para representá-la perante a CAPES e manter uma infra-estrutura compatível com a respectiva execução;

IV - instituir Comissão de Bolsas CAPES/DS para cada Programa de Pós-Graduação - PPG. A critério do Programa, a Comissão de Bolsas CAPES/DS poderá ser o próprio colegiado do PPG;

V - firmar instrumento de repasse específico com a CAPES, aplicado nos casos das IES não federais;

VI – firmar termo de cooperação para regulamentar direitos e obrigações das partes envolvidas (CAPES/IES participante) no tocante ao acompanhamento e pagamento dos bolsistas de cada IES.

#### **ATRIBUIÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA**

## **Atribuições da CAPES**

Art. 3º. São atribuições da CAPES:

- I - definir as bolsas que serão concedidas para os programas de pós-graduação e a quota da Pró-Reitoria;
- II - efetuar, observada a disponibilidade orçamentária, o repasse dos recursos necessários à execução do DS;
- III - acompanhar e avaliar o desempenho do Programa.

## **Atribuições da Instituição**

Art. 4º. Na execução do DS, são atribuições das instituições participantes:

- I – incumbir formalmente à Pró-Reitoria, ou a unidade equivalente, a responsabilidade pela coordenação da execução do Programa;
- II - representar a Instituição perante a CAPES nas relações atinentes ao Programa;
- III - supervisionar as atividades do DS no âmbito de sua instituição;
- IV - garantir o funcionamento das Comissões de Bolsas CAPES/DS em suas dependências, que será constituída por três membros, no mínimo, composta pelo Coordenador do Programa, por um representante do corpo docente e do discente, sendo os dois últimos escolhidos por seus pares, em eleição específica para tal fim, respeitados os seguintes requisitos:
  - a) no caso do representante docente, deverá fazer parte do quadro permanente de professores do Programa;
  - b) no caso do representante discente, deverá estar, há pelo menos um ano, integrado às atividades do Programa, como aluno regular.
- V - preparar e enviar a CAPES toda a documentação necessária à implementação do Programa;
- VI - proceder ao pagamento dos bolsistas, quando for o caso, evitando atrasos ou demoras, e informar mensalmente a CAPES, sobre as respectivas datas da efetivação;
- VII - cumprir rigorosamente e divulgar entre os candidatos e bolsistas todas as normas do Programa e o teor das comunicações pertinentes feitas pela CAPES;
- VIII - cientificar os bolsistas de que seu tempo de estudos somente será computado para fins de aposentadoria se efetuadas contribuições para a Seguridade Social, como “*contribuinte facultativo*”, (art. 14 e 21, da Lei nº 8.212, de 24/07/91);
- IX - restituir integral e imediatamente à CAPES todos os recursos aplicados sem a observância das normas do DS, procedendo a apuração das eventuais infrações ocorridas no âmbito de sua atuação, para cobrança regressiva, quando couber;
- X – disponibilizar à Coordenação de Gestão de Demanda Social – CDS/DPB, via online, até o dia 15 de cada mês, as alterações ocorridas em relação ao mês em curso dos bolsistas do Programa e informar os casos de ex-bolsistas CAPES que foram desligados dos Programas de Pós-graduação e que não concluíram seus cursos;
- XI – apresentar, nos prazos estabelecidos, o relatório de cumprimento de objeto, conforme legislação federal em vigor;
- XII - interagir com a CAPES para o aperfeiçoamento do Programa e o desenvolvimento da Pós-Graduação;
- XIII – apresentar, prontamente, quaisquer relatórios solicitados pela CAPES e praticar todos os demais atos necessários ao bom funcionamento do Programa;
- XIV – divulgar amplamente em diferentes mídias, inclusive em sítio específico do programa ou da Instituição de Ensino Superior, os critérios a serem utilizados na

seleção de alunos de mestrado e de doutorado dos Programas de Pós-graduação apoiados pelo DS.

### **Atribuições da Comissão de Bolsas CAPES/DS**

Art. 5º. São atribuições da Comissão de Bolsas CAPES/DS:

I - observar as normas do Programa e zelar pelo seu cumprimento;

II – examinar à luz dos critérios estabelecidos as solicitações dos candidatos a bolsa;

III - selecionar os candidatos às bolsas do Programa mediante critérios que priorizem o mérito acadêmico, comunicando à Pró-Reitoria ou à Unidade equivalente os critérios adotados e os dados individuais dos alunos selecionados;

IV - manter um sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas e do cumprimento das diferentes fases previstas no Programa de estudos, apto a fornecer a qualquer momento um diagnóstico do estágio do desenvolvimento do trabalho dos bolsistas em relação à duração das bolsas, para verificação pela IES ou pela CAPES;

V - manter arquivo atualizado, com informações administrativas individuais dos bolsistas, permanentemente disponível para a CAPES.

### **NORMAS GERAIS E OPERACIONAIS DA CONCESSÃO DE BOLSAS**

Art. 6º. As informações necessárias à formalização de candidatura e quaisquer outras relativas à concessão de bolsas de estudo devem ser obtidas pelos interessados diretamente na Pró-Reitoria.

### **DEFINIÇÕES DO NÚMERO DE BOLSAS**

Art. 7º. As definições do número de bolsas obedecerão aos seguintes requisitos:

I – política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES;

II - característica, localização, dimensão e desempenho do curso;

III - necessidades de formação mais prementes verificadas no país, sempre que resultante de diagnóstico e estudos.

Parágrafo Único. As bolsas não utilizadas pelos Programas de Pós-Graduação serão recolhidas pela CAPES e redistribuídas entre outros Programas de Pós-Graduação participantes do DS, visando uma melhor utilização das bolsas deste Programa.

### **Benefícios abrangidos na concessão das bolsas**

Art. 8º. As bolsas concedidas no âmbito do DS consistem em:

I - pagamento de mensalidade para manutenção, cujo valor será divulgado pela CAPES, observada a duração das bolsas, constante deste Regulamento.

II - pagamento de mensalidade complementar para todos os professores da rede pública federal, estadual ou municipal, que atuem no ensino básico e que auferam rendimentos admitidos, conforme previsto na alínea a, do inciso XI, do art. 9º deste Regulamento, correspondendo à complementação de sua remuneração bruta para atingir o valor fixado no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Cada benefício da bolsa deve ser atribuído a um indivíduo, sendo vedado o seu fracionamento.

## Requisitos para concessão de bolsa

Art. 9º. Exigir-se-á do pós-graduando, para concessão de bolsa de estudos:

I - dedicação integral às atividades do programa de pós-graduação;

II - quando possuir vínculo empregatício, estar liberado das atividades profissionais e sem percepção de vencimentos;

III - comprovar desempenho acadêmico satisfatório, consoante às normas definidas pela instituição promotora do curso;

IV - não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do programa de Pós-Graduação;

V - realizar estágio de docência de acordo com o estabelecido no art. 18 deste regulamento;

VI - não ser aluno em programa de residência médica;

VII - quando servidor público, somente os estáveis poderão ser beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado, conforme disposto no art. 318 da **Lei 11.907**, de 02 de fevereiro de 2009;

VIII – os servidores públicos beneficiados com bolsas de mestrado e doutorado deverão permanecer no exercício de suas funções, após o seu retorno, por um período igual ao de afastamento concedido (§ 4º, art. 96-A, acrescido pelo Art. 318 da **Lei nº 11.907**, de 02 de fevereiro de 2009 que deu nova redação à **Lei 8.112**, de 11 de dezembro de 1990);

IX - ser classificado no processo seletivo especialmente instaurado pela Instituição de Ensino Superior em que se realiza o curso;

X – fixar residência na cidade onde realiza o curso;

XI - não acumular a percepção da bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES, de outra agência de fomento pública, nacional ou internacional, ou empresa pública ou privada, excetuando-se:

a) poderá ser admitido como bolsista de mestrado ou doutorado, o pós-graduando que perceba remuneração bruta inferior ao valor da bolsa da respectiva modalidade, decorrente de vínculo funcional com a rede pública de ensino básico ou na área de saúde coletiva, desde que liberado integralmente da atividade profissional e, nesse último caso, esteja cursando a pósgraduação na respectiva área;

b) os bolsistas da CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, selecionados para atuarem como professores substitutos nas instituições públicas de ensino superior, com a devida anuência do seu orientador e autorização da Comissão de Bolsas CAPES/DS do programa de pós-graduação, terão preservadas as bolsas de estudo. No entanto, aqueles que já se encontram atuando como professores substitutos não poderão ser contemplados com bolsas do Programa de Demanda Social;

c) conforme estabelecido pela **Portaria Conjunta Nº. 1** Capes/CNPq, de 12/12/2007, os bolsistas CAPES, matriculados em programas de pós-graduação no país, poderão receber bolsa da Universidade Aberta do Brasil – UAB, quando atuarem como **tutores**. Em relação aos demais agentes da UAB, não será permitido o acúmulo dessas bolsas.

Parágrafo único. A inobservância pela IES dos requisitos deste artigo acarretará a imediata interrupção dos repasses e a restituição à CAPES dos recursos aplicados irregularmente, bem como a retirada da bolsa utilizada indevidamente.

## Duração das Bolsas

Art. 10. A bolsa será concedida pelo prazo máximo de doze meses, podendo ser renovada anualmente até atingir o limite de 48 (quarenta e oito) para o doutorado, e de 24 (vinte e quatro) meses para o mestrado, se atendidas as seguintes condições:

I - recomendação da Comissão de Bolsas CAPES/DS, sustentada na avaliação do desempenho acadêmico do pós-graduando;

II – continuidade das condições pessoais do bolsista, que possibilitaram a concessão anterior;

§ 1º Na apuração do limite de duração das bolsas, considerar-se-ão também as parcelas recebidas anteriormente pelo bolsista, advindas de outro programa de bolsas da CAPES e demais agências para o mesmo nível de curso, assim como o período do estágio no exterior subsidiado por qualquer agência ou organismo nacional ou estrangeiro;

§ 2º Os limites fixados neste artigo são improrrogáveis. Sua extrapolação será causa para a redução do número de bolsas do programa, na proporção das infrações apuradas pela CAPES, sem prejuízo da repetição do indébito e demais medidas cabíveis.

§ 3º Antes da atribuição de bolsa de mestrado ou doutorado a um discente, cabe à Comissão de Bolsas CAPES/DS observar o disposto no artigo 18 deste Regulamento. Apenas discentes com tempo suficiente para a realização do estágio docente deverão ser apoiados com bolsas CAPES.

### **Suspensão de bolsa**

Art. 11. O período máximo de suspensão da bolsa, devidamente justificado, será de até dezoito meses e ocorrerão nos seguintes casos:

I - de até seis (6) meses, no caso de doença grave que impeça o bolsista de participar das atividades do curso ou para parto e aleitamento;

II - de até dezoito (18) meses, para bolsista de doutorado, que for realizar estágio no exterior, relacionado com seu plano de curso, apoiado pela CAPES ou por outra Agência;

§ 1º A suspensão pelos motivos previstos no inciso I deste artigo não será computada para efeito de duração da bolsa.

§ 2º É vedada a substituição de bolsista durante a suspensão da bolsa.

### **Coleta de dados ou estágio no país e exterior**

Art. 12. Não haverá suspensão da bolsa quando:

I - o mestrando, por prazo não superior a seis meses, ou o doutorando, por prazo de até doze meses, se afastar da localidade em que realiza o curso, para realizar estágio em instituição nacional ou coletar dados necessários à elaboração de sua dissertação ou tese, se a necessidade da coleta ou estágio for reconhecida pela Comissão de Bolsas CAPES/DS para o desenvolvimento do plano de trabalho proposto;

II - o doutorando se afastar para realizar estudos referentes a sua tese, por um período de dois a seis meses, conforme acordo estabelecido entre a CAPES e o DAAD – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico ou demais acordos de natureza semelhante.

### **Revogação da concessão**

Art. 13. Será revogada a concessão da bolsa CAPES, com a conseqüente restituição de todos os valores de mensalidades e demais benefícios, nos seguintes casos:

- I - se apurada omissão de percepção de remuneração, quando exigida;
- II - se apresentada declaração falsa da inexistência de apoio de qualquer natureza, por outra Agência;
- III - se praticada qualquer fraude pelo bolsista, sem a qual a concessão não teria ocorrido.

Parágrafo único. A não conclusão do curso acarretará a obrigação de restituir os valores despendidos com a bolsa, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada. A avaliação dessas situações fica condicionada à aprovação pela Diretoria Colegiada da CAPES, em despacho fundamentado.

### **Cancelamento de bolsa**

Art. 14. O cancelamento de bolsa, com a imediata substituição por outro aluno do mesmo Programa, deverá ser comunicado à Pró-Reitoria, a qual informará mensalmente a CAPES os cancelamentos ocorridos.

Parágrafo único. A bolsa poderá ser cancelada a qualquer tempo por infringência à disposição deste Regulamento, ficando o bolsista obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor, de acordo com a legislação federal vigente, e impossibilitado de receber benefícios por parte da CAPES pelo período de cinco anos, contados do conhecimento do fato, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais.

Art. 15. No âmbito da IES, a Comissão de Bolsas CAPES/DS poderá proceder, a qualquer tempo, a substituição de bolsistas, devendo comunicar o fato a CAPES.

### **Mudança de Nível**

Art. 16. Fica estabelecido que, na mudança de nível do aluno matriculado no mestrado para o doutorado, deverão ser observados pelos Programas de Pós-Graduação os seguintes critérios:

I – a mudança de nível do mestrado para o doutorado deve resultar do reconhecimento do desempenho acadêmico excepcional atingido pelo aluno, obtido até o décimo oitavo mês de início no curso;

II – a excelência do desempenho acadêmico na obtenção dos créditos, no desenvolvimento da respectiva dissertação, deverá ser inequivocamente demonstrada e ser compatível com o mais elevado padrão exigido pelo curso para a conclusão antecipada do mestrado;

III – o colegiado do programa de pós-graduação deverá autorizar o ingresso do aluno no doutorado;

IV – o aluno beneficiado deverá estar matriculado no curso a, no máximo, 18 meses e ser bolsista da CAPES, ininterruptamente, por no mínimo 12 meses.

§ 1º. O aluno beneficiado com a mudança de nível, terá o prazo máximo de três meses para defender sua dissertação de mestrado, contados a partir da data da seleção para a referida promoção, nos moldes estabelecidos pelo curso para a conclusão do mestrado não antecipado.

§ 2º. A Pró-Reitoria enviará a CAPES, num prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ata de promoção para o doutorado, a lista dos bolsistas promovidos, para efeito de transformação da bolsa de mestrado para o doutorado.

§ 3º. O limite anual da concessão de bolsas CAPES/DS que implique na transformação do nível mestrado para o doutorado será de 20% do total do referido Programa de Pós-graduação, limitado a um número máximo de três (3) promoções anuais;

§ 4º. Os alunos-bolsistas da CAPES, promovidos pelos Programas de Pós-Graduação, terão suas bolsas complementadas para o nível de doutorado, por até quatro anos, a partir da referida promoção.

§ 5º. A mudança de nível que trata este artigo implica em automática alteração do número de bolsas, com repercussão nas concessões dos exercícios posteriores.

### **Transformação de nível de bolsa**

Art. 17. Os Programas de Pós-Graduação poderão ampliar o número de bolsas de doutorado concedidas pela CAPES, mediante a transformação de bolsas de mestrado, na proporção de 3 bolsas de mestrado para 2 de doutorado.

§ 1º. Entender-se-á ausente o aumento de despesas quando observada a proporção na qual três bolsas de mestrado são substituídas por duas de doutorado.

§ 2º. As solicitações de transformação de bolsa pretendidas pela instituição deverão ser encaminhadas à CAPES, mediante ofício da Pró-Reitoria de Pós-graduação e pesquisa ou órgão equivalente, para a devida avaliação.

§3º. A transformação de que trata este artigo implica em automática alteração das quotas de bolsas, com repercussão nas quotas dos exercícios posteriores.

§4º. Em nenhuma hipótese será autorizada a transformação de bolsas de doutorado em mestrado.

### **ESTÁGIO DE DOCÊNCIA**

Art. 18. O estágio de docência é parte integrante da formação do pós-graduando, objetivando a preparação para a docência, e a qualificação do ensino de graduação **sendo obrigatório para todos os bolsistas do Programa de Demanda Social**, obedecendo aos seguintes critérios:

I – para o programa que possuir os dois níveis, mestrado e doutorado, a obrigatoriedade ficará restrita ao doutorado;

II – para o programa que possuir apenas o nível de mestrado, a obrigatoriedade do estágio docência será transferida para o mestrado;

III - as Instituições que não oferecerem curso de graduação, deverão associar-se a outras Instituições de ensino superior para atender as exigências do estágio de docência;

IV - o estágio de docência poderá ser remunerado a critério da Instituição, vedado à utilização de recursos repassados pela CAPES;

V - a duração mínima do estágio de docência será de um semestre para o mestrado e dois semestres para o doutorado e a duração máxima para o mestrado será de dois semestres e três semestres para o doutorado;

VI - compete à Comissão de Bolsas CAPES/DS registrar e avaliar o estágio de docência para fins de crédito do pós-graduando, bem como a definição quanto à supervisão e o acompanhamento do estágio;

VII - o docente de ensino superior, que comprovar tais atividades, ficará dispensado do estágio de docência;

VIII - as atividades do estágio de docência deverão ser compatíveis com a área de pesquisa do programa de pós-graduação realizado pelo pós-graduando.

IX – havendo específica articulação entre os sistemas de ensino pactuada pelas autoridades competentes e observadas as demais condições estabelecidas neste artigo, admitir-se-á a realização do estágio docente na rede pública de ensino médio;  
X – a carga horária máxima do estágio docência será de 4 horas semanais.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela CAPES.

**Emídio Cantídio de Oliveira Filho**  
**Diretor de Programas e Bolsas no País**  
**Jorge de Almeida Guimarães**  
**Presidente**



## ANEXO IV

### **RN-017/2006 - Bolsas por Quota no País**

Revoga as RN-025/05, IS-010/06, IS-004/06, IS-018/05, IS-016/05, IS-014/05

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.728 de 9 de junho de 2003, Resolve Estabelecer as normas gerais e específicas para as seguintes modalidades de bolsas por quota no País:

- Apoio Técnico (AT)
- Iniciação Científica (IC)
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)
- **Pós-Graduação - Mestrado (GM) e Doutorado (GD)**
- Iniciação Científica Júnior (ICJ)
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

### I - NORMAS GERAIS

#### 1. Finalidade

1.1. Bolsas por quota destinam-se a instituições, programas de pós-graduação ou pesquisadores individualmente para promover a formação de recursos humanos e/ou seu aperfeiçoamento.

#### 2. Forma de Concessão

As bolsas por quota no País são concedidas em atendimento aos programas de pós-graduação, a editais ou convênios com recursos próprios do CNPq ou de outras instituições públicas e privadas. As quotas podem ser concedidas a:

- a) pesquisadores;
- b) cursos de pós-graduação; e
- c) instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, públicas ou privadas.

#### 3. Julgamento

O julgamento das bolsas por quota obedece à sistemática distinta para cada modalidade. Tais procedimentos estão estabelecidos nas normas específicas.

#### 4. Pagamento das Bolsas

4.1 - O pagamento ao bolsista será processado mensalmente, obedecendo o cronograma estabelecido pelo CNPq.

4.2 - Os valores das mensalidades serão fixados pelo CNPq em norma específica.

4.3 - O pagamento será efetuado diretamente ao bolsista em bancos e agências acordadas com o CNPq.

4.4 - O crédito em conta bancária ocorrerá no mês subsequente ao de competência.

4.5 - O CNPq não realizará pagamento retroativo de mensalidade.

#### 5. Obrigações do Bolsista

**5.1 - Dedicar-se às atividades previstas no projeto ou plano de trabalho aprovado pelo CNPq, durante a vigência da bolsa.**

**5.2 - Devolver ao CNPq eventuais benefícios pagos indevidamente. Caso contrário, serão adotados procedimentos com vistas à cobrança administrativa ou judicial.**

**5.3 - Os trabalhos publicados em decorrência das atividades apoiadas pelo CNPq deverão, necessariamente, fazer referência ao apoio recebido, com as seguintes expressões, no idioma do trabalho:**

**a) se publicado individualmente:**

**“O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil”.**

**b) se publicado em co-autoria:**

**“Bolsista do CNPq – Brasil”.**

## 6. Obrigações do Responsável pela Quota

6.1 - Providenciar o cancelamento ou a suspensão da bolsa, a qualquer momento, em função de motivos tais como incúria, doença ou maternidade, afastamento para treinamento/curso etc, conforme disciplinado nas normas específicas.

6.2 - Reativar a bolsa diretamente no sistema quando cessarem os motivos que causaram a sua suspensão. A vigência da bolsa nunca se estenderá além da vigência inicialmente informada na carta de concessão.

6.3 - Efetuar eventuais substituições de bolsistas diretamente no sistema eletrônico na Internet, no período de vigência da quota.

## 7. Disposições Finais

7.1 - As presentes normas aplicam-se a todas as modalidades de bolsas concedidas com recursos orçamentários do CNPq. Bolsas concedidas no âmbito dos Fundos Setoriais ou de convênio com outras instituições podem ter disposições diferentes, se previstas em edital ou instrumento similar.[1]

7.1.A. É vedado aos supervisores e/ou coordenadores de quotas a conceder bolsa a cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.[2]

7.2 - A concessão das bolsas está condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.

7.3 - O CNPq se reserva o direito de, a qualquer momento, solicitar informações ou documentos adicionais que julgar necessários.

7.4 - O cancelamento de bolsa é permitido a qualquer momento, e pode ser requerido pelo coordenador responsável pela quota ou por iniciativa do CNPq, em função de motivos tais como: desempenho insuficiente, desistência ou conclusão do curso, falecimento ou a pedido do bolsista, por qualquer motivo.

**7.5 - É vedado:**

**a) acumular bolsas com outras do CNPq ou de quaisquer agências nacionais, estrangeiras ou internacionais;**

**b) conceder bolsa a quem estiver em débito, de qualquer natureza, com o CNPq, com outras agências ou instituições de fomento à pesquisa;**

**c) conceder bolsa a ex-bolsista do CNPq, da CAPES ou de outras agências públicas, que tenha usufruído o tempo regulamentar previsto para a modalidade; e**

**d) repassar ou dividir a mensalidade da bolsa entre duas ou mais pessoas.**

7.6 - É permitida a concessão de bolsa a estrangeiro com situação regular no País, cabendo ao coordenador do projeto verificar a legalização do visto de entrada e permanência no País durante a vigência da bolsa, mantendo em seu poder os documentos comprobatórios.

7.7 - Casos omissos ou excepcionais serão analisados pela Diretoria Executiva do CNPq.

7.8 – Esta Resolução Normativa entra em vigência a partir da data da sua publicação e ficam revogadas todas as disposições em contrário, prevalecendo as normas anteriores para as concessões já em vigência.

7.8.1 - É facultado ao CNPq aplicar as novas disposições nos casos em que a presente norma seja mais vantajosa aos beneficiários.

## II - NORMAS ESPECÍFICAS

Anexos:

I - Apoio Técnico

II - Iniciação Científica

III - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

**IV - Pós-graduação - Mestrado e Doutorado (anexo V desse edital)**

V - Iniciação Científica Júnior

VI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Brasília, 06 de julho de 2006

Erney Plessmann Camargo

Publicada no D.O.U de 13/07/2006, Seção: 1, Página: 11

(continuação) **ANEXO IV**

**Anexo IV da RN-017/2006 - Bolsas por Quota no País - NORMAS ESPECÍFICAS para bolsas Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) - CNPq**

4. Pós-Graduação - Bolsas de Mestrado e Doutorado no País

4.1 - Finalidade

Apoiar a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação.

4.2 - Requisitos e Condições

4.2.1 - Para o curso:

a) para cadastramento, ter sido aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CTC/CAPES. Neste caso, o coordenador do curso deverá encaminhar ao CNPq os seguintes dados:

- carta solicitando o cadastramento junto ao CNPq contendo nome do curso, instituição, código e conceito CAPES, endereço completo, telefone, fax, e-mail e home page (se houver);  
- CPF, endereço completo e e-mail do coordenador.

b) nos demais casos, ter sido avaliado pela CAPES e obtido conceito igual ou superior a 3 (três).

4.2.2 - Para o orientador:

- ser habilitado, pelo CNPq, para orientar alunos de doutorado.

**4.2.3 - Para o aluno:**

**a) estar regularmente matriculado no curso de pós-graduação beneficiário de bolsas;**

**b) dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa;**

**c) ser selecionado e indicado pela coordenação do curso;**

**d) não ser aposentado;**

**e) estar em gozo de licença ou afastamento sem remuneração/salário ou, ainda, ter o contrato suspenso com a instituição empregadora;**

**f) não receber remuneração proveniente de vínculo empregatício ou funcional, concomitante com a bolsa do CNPq, exceto:**

- quando contratado como professor substituto nas instituições públicas de ensino superior, desde que devidamente autorizado pela coordenação do curso com a anuência do orientador;

- docentes e pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, matriculados em cursos de pós-graduação com conceito 5, 6 ou 7 e distantes mais de 250 Km (duzentos e cinquenta quilômetros) da instituição de origem. Nestes casos, o bolsista deve comprovar o afastamento autorizado pela instituição de origem e se comprometer, por escrito, a retornar à sua instituição pelo tempo de recebimento da bolsa ou,

**alternativamente, ressarcir o CNPq pelo montante recebido com as correções previstas em lei. O coordenador do curso será o responsável e o depositário desses documentos.**

### **4.3 - Direitos e Obrigações**

4.3.1 - Do CNPq, garantir o pagamento:

- a) mensal aos alunos beneficiários das bolsas;
- b) das taxas de bancada para bolsistas de doutorado regular e
- c) das taxas escolares, para os cursos com conceito superior a 3 (três) vinculados a instituições privadas (comunitárias), sem fins lucrativos. As taxas escolares são repassadas diretamente às instituições.

**4.3.2 - Do bolsista:**

- a) **dedicar-se integral e exclusivamente às atividades de pesquisa ou ensino/pesquisa determinados pelo curso;**
- b) **manter o currículo atualizado na Plataforma Lattes, registrando a condição de bolsista do CNPq;**
- c) **ressarcir o CNPq quanto aos recursos pagos em seu proveito, atualizados pelo valor da mensalidade vigente no mês da devolução, no caso de abandono ou desistência de própria iniciativa, sem motivo de força maior, ou pelo não cumprimento das disposições normativas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que se configurar o abandono ou desistência. Não cumprido o prazo citado, o débito será atualizado monetariamente, acrescido dos encargos legais nos termos da lei (IN 35/2000, Art. 11, III, TCU);**
- d) **devolver ao CNPq eventuais benefícios pagos indevidamente. Os valores a serem devolvidos podem ser deduzidos das mensalidades no caso de beneficiários com bolsas ativas, ou ser objeto de cobrança administrativa;**
- e) **encaminhar ao coordenador do curso relatório técnico final e, no caso de doutorado, cópia da prestação de contas das taxas de bancadas efetivamente recebidas; e**
- f) **encaminhar ao CNPq, em formulário eletrônico específico, relatório técnico final e prestação de contas das taxas de bancada com a aprovação do orientador.**

### **4.4 – Duração**

- a) **mestrado - até 24 (vinte e quatro) meses, improrrogáveis;**
- b) **doutorado regular, até 48 (quarenta e oito) meses, improrrogáveis;**
- c) **Programa Doutorado Direto – PDD – até 60 (sessenta) meses improrrogáveis.**

**4.4.1 - Na contagem do tempo serão contabilizadas as mensalidades recebidas de outras agências, para a mesma finalidade.**

**4.4.2 - No caso de parto ocorrido durante o período da bolsa, formalmente comunicado pelo coordenador ao CNPq, a vigência da bolsa será prorrogada por até 4 (quatro) meses, garantidas as mensalidades à parturiente.[2]**

### **4.5 - Concessões e Implementação**

4.5.1 - As bolsas são concedidas exclusivamente aos cursos de pós-graduação, a quem compete definir os critérios de alocação final.

4.5.2 - O CNPq adotará para concessões de quotas novas de bolsas a avaliação dos cursos feita pela CAPES e modulada por critérios próprios do CNPq.

4.5.3 - As concessões serão feitas em função das disponibilidades contidas no orçamento do CNPq aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República ao final de cada ano. As concessões não guardam relação com o número de bolsas solicitadas por parte dos cursos.

4.5.4 – Solicitações de bolsas adicionais podem ser feitas em caráter excepcional quando fatos novos e substantivos alterarem as informações disponíveis sobre os cursos.

4.5.5 - Segundo seus próprios critérios de mérito e desempenho, o CNPq poderá deixar de apoiar cursos cuja avaliação tenha sido desfavorável, particularmente cursos com conceito 3 e

4 das regiões Sul e Sudeste do País que permaneçam por vários anos sem progressão. Tais cursos poderão ter suas bolsas não renovadas.

4.5.6 – Cursos novos, ainda não avaliados pela CAPES, não são contemplados com bolsas do CNPq, exceto se no credenciamento forem classificados com conceito igual ou superior a 5.

4.5.7 - O CNPq designará, quando necessário, consultor qualificado para acompanhar o desempenho dos cursos com conceito 3 e 4 referidos no subitem 4.5.5.

4.5.8 - Perante o CNPq, o Coordenador do curso será responsável pela indicação dos alunos que receberão bolsas, pelo acompanhamento, suspensão, cancelamento e substituição de bolsistas bem como por toda e qualquer comunicação entre o curso e o CNPq, via eletrônica para o endereço [sebpq@cnpq.br](mailto:sebpq@cnpq.br). [1]

#### 4.6 - Suspensão e Cancelamento

4.6.1 - O CNPq e o Coordenador do curso se reservam o direito de suspender ou cancelar a bolsa de pós-graduação, a qualquer tempo, por motivo técnico ou administrativo justificado. Quando suspensa, a bolsa não pode ser destinada a outro beneficiário.

4.6.2 - Quando a suspensão ocorrer para cumprimento de estágio ou para o aluno usufruir outra bolsa, como no caso da bolsa sanduíche, a contagem do tempo de vigência da bolsa corre normalmente, mesmo sem o recebimento das mensalidades.

#### 4.7 - Retorno das Bolsas e Substituição de Bolsistas

4.7.1 - Ao cabo dos prazos estabelecidos no item 4.4 as bolsas são consideradas vacantes.

4.7.2 - O coordenador terá o prazo de 6 (seis) meses para utilizar bolsas disponíveis. Após esse prazo sem justificativa do coordenador, as bolsas não utilizadas poderão ser recolhidas e redistribuídas pelo CNPq.

4.7.3 - As substituições de bolsistas de mestrado e doutorado serão efetivadas pelo Coordenador do curso, por via eletrônica, fazendo a indicação e confirmação, sempre que uma bolsa tornar-se regularmente vacante.

4.7.4 - Decorrido os prazos descritos no item 4.4, as bolsas retornarão ao curso.

4.7.5 – No prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da titulação de um bolsista, o coordenador deverá enviar ao CNPq, por via eletrônica, declaração de defesa de tese/dissertação aprovada. O resumo eletrônico da tese deverá ser depositado na própria instituição e/ou no IBICT e CAPES. O não cumprimento destas obrigações no prazo estipulado cancelará a próxima bolsa vacante do curso.

4.7.6 - O aluno deverá conservar em seu poder, por 5 (cinco) anos, a partir da última despesa, os respectivos comprovantes de utilização da taxa de bancada, assinados pelo aluno e seu orientador.

4.7.7 - Se o aluno se titular antes do prazo de vigência da bolsa, a mesma retorna automaticamente ao curso tão logo o coordenador atualize a situação no sistema. Neste caso o coordenador deve cumprir o estabelecido em 4.7.5.

4.7.8 - A mudança de orientador dentro de um mesmo curso fica a critério do Coordenador, porém, a duração da bolsa permanece inalterada.

4.7.9 - No caso de mudança de curso, a bolsa não acompanha o aluno.

#### 4.8 - Benefícios

Os valores das bolsas e taxas estão definidos na Tabela de Valores de Bolsas no País.

Mestrado [1] GM - 1.200,00

Doutorado [1] GD - 1.800,00

[1] Novos valores introduzidos pela RN-015/2008, publicada no D.O.U de 11/06/2008, Seção: 1 Página: 29.

#### 4.9 - Doutorado Direto (PDD)

O programa de Doutorado Direto - PDD é um caso especial de doutoramento, de adesão voluntária aplicável a cursos com conceito 5, 6 e 7. As regras gerais são as mesmas do doutorado, com as seguintes peculiaridades:

4.9.1 - Os alunos candidatos ao PDD serão indicados pelo coordenador do curso.

4.9.2 - No PDD os alunos, recém-graduados ou em qualquer etapa de seu mestrado, utilizarão as quotas de bolsas de doutorado já atribuídas aos cursos.

4.9.3 – Se o bolsista deixar o mestrado e ingressar no Programa de Doutorado Direto, terá descontados os meses que usufruiu da bolsa de mestrado do CNPq ou de qualquer outra entidade.

4.9.4 - É vedada a possibilidade do bolsista de doutorado que tenha ingressado no PDD reverter sua bolsa para os programas regulares de PG.

4.9.5 - Para implementação de bolsas PDD o coordenador do curso enviará ao CNPq o formulário eletrônico. O CNPq se reserva o direito de cancelar a bolsa em caso de não observância do estabelecido nesta Resolução Normativa.[1]

#### 4.10 - Habilitação de Orientador

4.10.1 - Para orientar alunos de mestrado o credenciamento do orientador será outorgado pelo curso, que deverá exigir o cadastramento de seu currículo atualizado na Plataforma Lattes.

4.10.2 - Para orientar alunos de doutorado o orientador, além de ser credenciado pelo curso, deve ser habilitado pelo CNPq.

4.10.3 - Estão automaticamente habilitados como orientadores de doutorado os bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq, os orientadores de curso com conceito 5, 6 ou 7 (com ou sem bolsa de produtividade do CNPq). Cabe ao coordenador do curso manter o CNPq atualizado com relação aos orientadores credenciados pelo curso.

4.10.4 - Os orientadores que não se enquadrarem nas situações previstas no item 4.10.3 deverão solicitar sua habilitação ao coordenador do curso, que a encaminhará ao CNPq no formulário próprio, para deliberação.

4.10.5 - É condição preliminar da solicitação de habilitação, o cadastramento do currículo atualizado na Plataforma Lattes.

4.10.6 - A habilitação de um orientador é válida enquanto não for explicitamente cancelada pelo CNPq.

#### 4.11 - Disposições Finais e Transitórias

4.11.1 - É vedado:

a) acumular bolsas do CNPq ou bolsas do CNPq com as de outras agências nacionais ou internacionais;

b) efetivar qualquer benefício a quem estiver em débito, de qualquer natureza, com o CNPq, com outras agências ou instituições de fomento à pesquisa;

c) conceder bolsa a ex-bolsista do CNPq ou de qualquer agência, que já tenha usufruído o tempo regulamentar previsto para a modalidade;

d) transferir bolsa de mestrado e doutorado de um curso para outro, da mesma ou de outra Instituição exceto no caso de desmembramento do curso;

e) converter bolsa de mestrado em bolsa de doutorado e vice-versa.

4.11.2 - É permitido, em relação às bolsas de mestrado e doutorado:

a) conceder a bolsa a estrangeiro com situação regular no País;

b) afastamento para estágios de até 6 (seis) meses em outras instituições do País ou exterior, com manutenção da bolsa, sem ônus adicional e sem acúmulo de benefício, desde que justificado pelo orientador e aprovado pelo CNPq;

c) afastar-se do curso na vigência de bolsa sanduíche no País ou exterior. Nesses casos a percepção das bolsas de doutorado fica temporariamente suspensa;

d) no caso de desmembramento do curso, distribuir as bolsas entre o(s) curso(s) desmembrado(s) e o original, desde que haja anuência dos coordenadores envolvidos.

4.11.3 – A partir de 1º de julho de 2007, fica vedada a inclusão de novos alunos no Programa de Pós-graduação Integrada - PGI. Com a defesa da tese dos bolsistas PGI remanescentes,

as bolsas desse Programa retornam ao curso como bolsa de mestrado ou doutorado, a critério do Coordenador.

4.11.4 - Todas as situações não previstas nesta norma serão decididas pelo Diretor da área, quando se tratar de situação específica, ou pela Diretoria Executiva, quando se tratar de situação genérica.

4.11.5 - Toda comunicação com o CNPq em assunto pertinente à Pós-Graduação, deverá ser encaminhada eletronicamente para [sebpq@cnpq.br](mailto:sebpq@cnpq.br), ou por correspondência encaminhada ao seguinte endereço:

Coordenação de Operação das Bolsas por Quotas – COOBQ  
SEPN 509, Bloco “A”, Ed. Nazir I, Térreo  
70.750-901 – Brasília – DF  
Telefones: (61) 2108-9586, 2108-9809  
Fax: (61) 2108-9937

---

Notas:

Anexo IV com nova redação dada pela RN 018/07, publicada no DOU de 25/06/2007, Seção 1, página 22.

[1] Itens com nova redação dada pela RN-024/2008, publicada no D.O.U de 30/09/2008, Seção: 1 Página: 24.

[2] Item com nova redação dada pela RN 014/2010, de 17 de junho de 2010.